

Do discurso para a prática

Entrevista do ministro da Educação, Tarso Genro, publicada no Jornal Correio Braziliense de 27 de junho de 2005.

Para ministro, educação deve se sobrepôr à estabilidade econômica.

O ministro da Educação, Tarso Genro, admite que o Brasil, inclusive o atual governo, não prioriza a educação como deveria, mas garante que ele e o presidente Lula trabalham para conseguir tratar a instrução dos brasileiros como política de Estado. "Se vamos conseguir isso ou não é muito cedo para dizer, porque depende do desenvolvimento econômico, de decisões políticas e da idéia de que recursos públicos devem priorizar educação", disse, em entrevista ao Correio.

De acordo com o ministro, não existe no governo quem diga que a educação não é prioritária. "Embora algumas pessoas digam que a educação é prioritária, na hora de objetivar essa importância não o fazem", provoca. "Eu defendo que a educação deve se sobrepôr inclusive ao fetiche da estabilidade econômica".

Correio Braziliense - A educação já foi prioridade no Brasil?

Tarso Genro - Creio que sim, mas de forma intermitente. Tivemos surtos de priorização da educação, como o processo de implementação da escola pública. Nesse período, o ensino era visto como modelo de desenvolvimento social e econômico do país. A partir do governo de Juscelino Kubitschek, a educação superior também começou a ganhar visão de expansão nacional.

CB - E o atual governo?

Tarso - O governo do presidente Lula está encaminhando um conjunto de ações de financiamento, de orientações técnicas e de normas para transformar a educação em prioridade estratégica do Estado. Se vamos conseguir isso ou não é muito cedo para dizer, porque depende do desenvolvimento econômico, de decisões políticas e da idéia de que recursos públicos devem priorizar educação.

CB - A educação é prioridade para todos dentro do governo, ou o senhor tem que convencer os colegas?

Tarso - Não há um setor do governo que diga que a educação não é prioritária. Mas existem enfoques diferentes que me levam à conclusão de que, embora algumas pessoas digam que a educação é prioritária, na hora de objetivar essa importância não o fazem. Eu defendo que a educação deve se sobrepôr inclusive ao fetiche da estabilidade econômica.

CB - Fetiche?

Tarso - Digo fetiche porque acho que um dos elementos fundamentais da estabilidade econômica duradoura é uma revolução educacional. Mas tenho que saber respeitar as necessidades imediatas que são colocadas pela área econômica e pelo ministro Antônio Palocci (da Fazenda). Os efeitos que a educação causa para a estabilidade e para o desenvolvimento são a médio e longo prazos, e o ministro da Fazenda tem que responder sempre a curto prazo. O que eu não concordo, e digo isso dentro e fora do governo, é que as despesas com educação comprometem o equilíbrio econômico do país.

CB - Foi vetada pelo expresidente Fernando Henrique a determinação de que 7% do PIB deveriam ser investidos em educação. O Brasil investe 4%. É suficiente para revolucionar a educação?

Tarso - Temos que ver de que PIB estamos tratando. Se tivermos crescimento de 5% a 6% ao ano, pode ser possível. Mas se for um crescimento moderado ou medíocre, de 2% ou 3%, é insuficiente. Com o volume do PIB que temos hoje é insuficiente, mesmo porque o nosso gasto inclui transporte escolar, merenda e livros didáticos.

CB - - Existem culturas no Brasil que começam e não vão adiante. Como impedir a descontinuidade?

Tarso - Para que políticas educacionais se transformem em políticas de Estado, é necessário que elas tenham o orçamento garantido, pelo menos por um certo tempo. No caso do Fundo para o Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), estamos propondo 14 anos. Ou ela não será uma política de Estado e sim de governo.